



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

PERSPECTIVAS DE GÊNERO: HISTÓRIAS DE (RE)CONFIGURAÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS

GENDER PERSPECTIVES: STORIES OF (RE)CONFIGURATIONS AND
(RE)EXISTENCES

PERSPECTIVAS DE GÊNERO: HISTÓRIAS DE
(RE)CONFIGURACIONES Y (RE)EXISTENCIAS

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz*¹

*Michele Tupich Barbosa*²

*Roseli de Oliveira Machado*³

RESUMO

Na ótica da história do tempo presente, reunimos três temas, gênero, corpo e dietas, maternidade e luto e gênero e ciências para mostrar (re)configurações possíveis da articulação entre História e Estudos de Gênero, no período pós-pandemia de Covid-19. Buscamos pensar seus territórios constitutivos, pontos presentes e expectativas de futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de Gênero. Corpos. Maternidade. Ciência.

ABSTRACT

In the perspective of the history of the present time, we gathered three issues: gender, body and diets, maternity and mourning, and gender and sciences. to show opportune

¹ Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, Paraná. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg-Unicentro). Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, Santa Catarina. E-mail: lucianarfk@unicentro.br

² Docente do Departamento de História, Unicentro, Guarapuava, Paraná. E-mail: mtupich@yahoo.com.br

³ Docente do Departamento de Administração, Unicentro, Guarapuava, Paraná. Vice-coordenadora do Cieg-Unicentro. E-mail: romachado@unicentro.br

(re)configurations of the articulation between History and Gender Studies, in the post-Covid-19 pandemic period. We seek to think about their constitutive territories, present points and expectations for the future.

KEYWORDS: Gender Studies. Bodies. Maternity. Science.

RESUMEN

Desde la perspectiva de la historia del presente, reunimos tres temas, género, cuerpo y dietas, maternidad y duelo y género y ciencias para mostrar posibles (re)configuraciones de la articulación entre Historia y Estudios de Género, en el pos-Periodo de pandemia de Covid-19. Buscamos pensar en sus territorios constituyentes, puntos de presente y expectativas de futuro.

PALABRAS CLAVE: Estudios de Género;Cuerpos. Maternidad. Ciencia.

Introdução

Ao considerar o tema central do V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da Anpuh-Brasil (2022), nossa perspectiva foi enfatizar, como um ensaio, algumas (re)configurações da articulação tecida entre História e Estudos de Gênero, pensando seus territórios constitutivos, pontos presentes e expectativas de futuro. Em meio às ameaças dos negacionismos e do antifeminismo que bate à porta e afronta a democracia nos anos recentes, uma vasta produção historiográfica tem construído oportunidades nessas reconfigurações. Especialmente a partir dos inúmeros desdobramentos da pandemia de Covid-19, percebe-se o volume cada vez maior de efeitos genderificados que a doença trouxe e ainda trará, por muito tempo, para diferentes setores. O mundo-Covid tem salientado e interseccionado desigualdades, desde a esfera do trabalho, passando pela intimidade, família, com efeitos materiais e simbólicos nos espaços públicos e na vida privada, com reflexos assimétricos nos papéis, situações e responsabilidades de homens e mulheres (SCHUSTER; TACCHERI, 2023).

Aqui, em três fragmentos construídos a partir de uma lógica integradora, apresentamos três (re)configurações possíveis: um diálogo entre Estudos de Gênero e História Ambiental a partir de dietas e corpos; um olhar sobre a dimensão da maternidade diante da morte de filhos e filhas, considerando experiências construídas a partir da memória; por fim, os desafios da luta por

equidade de gênero na carreira acadêmica, no limiar entre um mundo de pesquisa e um mundo de trabalho que estão, ambos, totalmente atravessados por diferentes compromissos, representações e responsabilidades calcadas em identidade de gênero.

Falamos, nesse sentido, de muitas permanências. Em se tratando de estudos de gênero numa perspectiva de História do Tempo Presente, que baliza nossa abordagem, novas dimensões sobre os corpos permitem estabelecer novas possibilidades de investigação sobre gênero e formas de poder como elemento assimétrico, desigual e hierárquico (AREND; MIRANDA; KLANOVICZ, 2022, p. 67).

(Re)configurações possíveis: Gênero e História Ambiental

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Campos intensamente atuantes desde o fim do século XX (HERSEY; STEINBERG, 2019; SCOTT, 1995), estudos de gênero e história ambiental alimentam a relação direta entre academia e as ruas, com provocações e uso de fontes que permitem repensar temas como corpos, alimentação, ciência, tecnologia, justiça ambiental, entre outros. As relações entre produção e consumo de alimentos e a construção de corpos de homens e mulheres no Brasil permite vislumbrar parte dessas reconfigurações. Inseridos em ideais de estilo de vida baseados em uma determinada perspectiva de consumo e ligações desses pontos com nutrição, natureza, ecologia, estado e poder, “ser moderno/a” no Brasil está profundamente ligado a regras e práticas disciplinares em torno da alimentação, dietas, consumo e controle de corpos.

A temática de Gênero e História Ambiental ocupa lugar emergente no debate acadêmico (SEDREZ, 2012). Melissa Leach e Cathy Green (1997) observam que o papel da experiência de gênero na História Ambiental ainda continua subalternizado. As autoras defendem instaurar temáticas de gênero na história ambiental, tais como causas e impactos de gênero no uso da terra, em políticas públicas, nas dimensões mais cotidianas da produção, consumo e

percepção das relações entre humanos e mundo natural. Há, ainda, uma dimensão fundamental na construção do mundo contemporâneo ligada às masculinidades ou ainda ao papel da tecnologia na elaboração das relações ambientais corporificadas.

Nancy Unger (2014) observa que diferenças de gênero têm gerado impactos ambientais diversos. Os resultados têm sido observados na maneira como homens e mulheres habitam o planeta. Assim, aproximar Gênero e História Ambiental não é apenas um exercício intelectual, pois temas como risco, saúde, consumo, produção e reprodução, ambientalismo, liderança, protagonismo e alimentação têm figurado entre os espaços de problematização de gênero, mas não podem ser lidos sem uma forte interconexão com outros campos (WINIWARTER, 2017).

É fundamental considerar o avanço de provocações teórico-metodológicas dessa aproximação. O feminismo dos anos 1970 já pontuava que as questões ambientais estavam conectadas a questões de gênero (MCGREGOR; SEYMOR, 2017). Os argumentos mais influentes desenhavam homens como naturalmente dominantes, agressivos e ameaçadores; mulheres como naturalmente pacíficas, cuidadoras e amigas da natureza. Isso, contudo, entrava em contradição com o argumento da liberação feminina de que o gênero é socialmente construído. Essas ponderações podem pensadas, por exemplo, quando gênero e história ambiental são conectados na interpretação sobre práticas de alimentação no Antropoceno (GAARD, 2014) ou ainda mais na reconfiguração de corpos de homens e mulheres a partir de processos de modernização de padrões de produção e consumo, principalmente desde os anos 1950, década que tem sido considerada o início de um período chamado de *a grande aceleração do Antropoceno* (MCNEILL; ENGELKE, 2016), processos históricos planetários marcaram o redimensionamento da governança dos ciclos biogeoquímicos intensificados pela ação humana. Em linhas gerais, trata-se de um período de aceleração de produção e consumo sem precedentes na história humana, na qual o consumo de alimentos e sua

produção sextuplicou desde os anos 1950, além do crescimento populacional, da produção e consumo de energia (calorias), do transporte intercontinental, da exportação, da industrialização, da urbanização, entre outros fatores.

Os corpos do Antropoceno, da grande aceleração ou globais, entendidos como microbiomas, passaram a conviver a partir dos anos 1950 com a oferta cada vez maior de alimentos, com transformações cada vez maiores das suas formas, das suas condições de saúde e doença, com implicações ecológicas mais amplas, inclusive para a formulação de desejos. A emergência de um grande mercado consumidor de dietas coincide e é impulsionado, assim, com a Grande Aceleração e, em um mundo que sextuplicou a produção de alimentos desde os anos 1950 – embora não tenha resolvido deliberadamente o problema da fome em diversas regiões – nutrição, alimentação e seus distúrbios e doenças, além da fome, pautam a própria história do período.

Nesse sentido é que busco mapear dietas que foram sendo desenvolvidas, especialmente no Norte Global, e sua recepção, implicações e sentidos para a construção de corpos “modernos” de homens e mulheres em relação à modificação de padrões de produção e consumo de alimentos em um Brasil cada vez mais presente no contexto global desde o final do século XX.

É a partir dos anos 1980 que são intensificados, em nível global, os regramentos do corpo no estilo “americano”. Além disso, o consumo de alimentos (e de dietas), ou seja, as ‘escolhas’ sobre o que comer ou não, quando discutidas em termos de padrões de produção e consumo no Antropoceno, podem ser consideradas práticas disciplinares por meio das quais homens e mulheres adquirem, performatizam, engajam-se em discursos de masculinidade, de feminilidade, e de modernidade normativas.

Dietas modernas emergiram com múltiplos significados e sentidos. Elas se encontram com a explosão da obesidade entre os anos 1950, quando o problema atingia menos de 10% da população dos EUA, e os anos 2000, quando o número de obesos passou, naquele país, dos 35% da população nacional. As dietas dialogam, também, com uma realidade de múltiplas

intoxicações dos corpos a partir da década de 1950 e com outras ansiedades modernas, com as esperanças tecnológicas e promessas de fartura.

Sander Gilman (2007) observa que dietas foram sendo reforçadas em paralelo com o problema da obesidade, entendida na perspectiva de epidemia, principalmente nos EUA desde os anos 1980, quando o médico William Dietz Jr. publicou o artigo “Childhood Obesity is Epidemic in the United States”. No final da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a prestar mais atenção em dietas, na medida em que a obesidade passou a ser considerada uma epidemia global.

Gilman observa que entre o final do século XX e o início do século XXI, dietas tornaram-se meio de controle de entrada de nutrientes acompanhadas de intervenções paralelas como exercícios físicos, terapias psicológicas e fármacos com o sentido de interferir diretamente nos corpos (com destaque para a ressignificação positiva de ideias e padrões de força, potência, eficiência, desejo, saúde e, especialmente, shape). As dietas passaram a incidir sobre a construção igualmente contemporânea de noções como gordura/obesidade e magreza, representando a materialização de maneiras de transmissão, de recepção e de adaptação de sociedades a elas, o que tem relação com a formulação de padrões de consumo e da própria ideia de “ser moderno/a”.

Assim colocadas, dietas cada vez mais consumidas, copiadas, adaptadas e performatizadas são vetores para a leitura das relações entre gênero e consumo de alimentos ou, em outros termos, das performances generificadas de alimentação, que se materializam na corporificação das masculinidades, das feminilidades e da própria ecologia. Diversas investigações têm considerado essas performatividades, reconhecendo gênero e estrutura de discursos alimentares dentro de hierarquias binárias como macho-fêmea, vegetariano-carnívoro, passivo-agressivo, em que algumas ideias e comportamentos sobre comida são privilegiadas e outras não. Dietas também

são construídas na multiplicidade de discursos de raça, de sexualidade, de religião e de natureza.

Ao articular essas dimensões das dietas entre o Norte Global (especialmente EUA) e o Sul Global (especialmente Brasil) é fundamental perceber a cultura das dietas com implicações sobre todos os corpos, incluindo indivíduos em seus processos químicos, sociais, culturais e econômicos, e desses pontos com a natureza e a política. As dietas estão, assim, diretamente ligadas à globalização da gordura, do açúcar, da variedade cada vez maior de alimentos, mas também da restrição, superprodução ou criação de determinados animais e plantas, da escolha sobre fontes de energia, de fibra, de vitaminas e de proteína animais ou vegetais, de pressões sobre diversidades culturais ou ecológicas e podem ser consideradas sinais do efeito deletério da modernidade antropocênica (especialmente estadunidense) sobre corpos em nível global.

No caso da alimentação, e especialmente das dietas, natureza e sociedade compõem um corpo vivo, com processos ativos que refletem corpos que não são imutáveis nem universais, nem homogêneos ou autorregulados; são corpos, natureza e sociedades que se constroem pelos vários processos socioambientais, políticos, econômicos e culturais que regulam metabolismos. Em outras palavras, a forma como sociedades consomem, produzem, transformam materiais e energia estabelecem não sua relação com a natureza, mas a dinâmica própria da histórica dessas mesmas sociedades.

(Re)configurações de gênero: maternidade, perda e luto

Michele Tupich Barbosa

“Meu mundo é preto e branco e minha comida sem sabor”. Na tentativa de compreender a intransponível dor do luto materno, a entrevistada praticamente mostrava a impossibilidade dessa incompreensão. Deveria uma mãe perder uma filha? Parece algo injusto demais. Se uma mãe pode guardar o maior amor do mundo, a elas também coube o lado amargo de conviver com

a maior dor, ao perder esse grande amor. Milhares de mães vivenciam diariamente o luto. Independente das circunstâncias nas quais os filhos morrem, a dor da perda é imensurável.

Apesar da morte ser um fenômeno biológico caracterizado pela “interrupção completa e definitiva das funções vitais de um organismo vivo, com o desaparecimento da coerência funcional e destruição progressiva das unidades tissulares e celulares” (KOVACS, 1992, p. 10). É preciso compreender que a morte também é um fenômeno social que adquiriu significados compartilhados entre o indivíduo e o sistema cultural ao qual está inserido. O luto é uma construção social que busca nas manifestações culturais dar sentidos ao impensável e desconhecido momento da morte. Essa é uma experiência social que não pode ser transmitida nem tão pouco compartilhada (MATTA, 1997).

Historicamente, relações humanas com o luto fazem parte da constituição de um processo histórico de normatização. As reações, as liturgias, os rituais e as expectativas de superação após a perda são modelados e socialmente aceitos através de um código moral não escrito, mas sentido e reproduzido mediante as representações. No luto materno são projetados pela sociedade formas de sofrimento ou mesmo de superação. O quanto as mães irão sofrer? Por quanto tempo sofrerão? Se continuarão a viver? Se superarão rápido demais? Se nunca irão superar? Apesar dos pesares, são muitas as normatizações de comportamentos que são projetados no luto materno, assim como em todo processo de luto (ARIES, 1981).

Nesse sentido as representações simbólicas e sociais que trazem sentido e significado à morte e ao luto na atualidade foram historicamente construídas e determinam os modos de expressão da dor do enlutado. Essas representações e sentidos são permeados pelos traços culturais e se modificam de acordo com as construções simbólicas, sofrendo impacto significativo de diversas áreas do saber.

A psicologia e a psicanálise, por exemplo, dedicaram um olhar especial a para o processo emocional e psicológico relacionados à experiência do luto. O luto pode ser interpretado como resultado das reações individuais, pois apesar de normativo ele ocorre de forma diferente para pessoa, é compreendido como uma experiência subjetiva (MATTA, 1997). Especificamente nos casos de luto materno, é indispensável que as mães construam uma nova realidade sem a presença da criança, desconstruindo todas as expectativas em relação ao futuro desejado com aquela criança. Por isso o luto materno é complexo, não linear e contínuo, pois junto com a perda ocorre o rompimento de um equilíbrio familiar e a expectativa dos planos para o futuro (CARTER; McGOLDRICK, 2001).

O sofrimento materno pela perda do filho é entrelaçado por outros temas e ocorre de uma maneira não linear, pois o luto passa por fases. São experiências subjetivas, com forte apelo emocional e que necessitam de espaços de debates, para dar visibilidade às mães e romper com preconceitos socialmente construídos em torno do luto e do sofrimento permanente, estigma que acompanha as mães enlutadas.

Portanto, faz-se necessário fomentar as abordagens dessa temática, tão crescente no campo da psicanálise, e pouco abordada como processo histórico permeado por representações e normatividades sociais. A análise das mães como sujeitos da história e suas experiências de luto como processos historicamente construídos é ainda um campo de pouca investigação, e que possui grande perspectiva de produção historiográfica e interdisciplinar, intermediado pelos possíveis diálogos com a psicanálise, com a sociologia e com outros campos de saber.

Uma das reconfigurações possíveis nos estudos de gênero têm sido o de trabalhar com a visibilidade das experiências de mulheres que passaram pelo processo de luto, pela perda de uma filha, e que de maneira subjetiva encontram a resiliência para continuar ressignificando suas vidas.

Em 10 entrevistas com mães, as principais semelhanças consistem nas formas e maneiras como elas concebem o processo do luto, e os modos como o processo de sofrimento delas é normatizado pela sociedade. O luto materno é muito mais amargo que os demais. Uma vez que as mães revisitam suas emoções, suas projeções, seus sonhos para aquele indivíduo que simbolicamente lhes pertencia. O pertencimento nesse sentido não está carregado de simbolismo pejorativo, mas sim, de acolhimento, de acalento, de proteção. À maternidade é concedida essa possível ligação entre os sujeitos por toda a vida.

A cultura ocidental estabelece representações da maternidade como um ato benevolente do cuidado. Das mulheres num modo geral projeta-se a maternidade como um ato social. Nos dias atuais, ironicamente, a maternidade tem sido um ato de resistência feminina. Muitas mulheres, apesar da falta de condição, são mães. Muitas mulheres abdicam de realizações importantes para ser mãe. A maternidade é singular. Cada mulher dentro das suas possibilidades e condições de vida, vivenciam suas experiências maternas.

Apesar da singularidade das experiências maternas, existem elementos que são semelhantes e que ocorrem com todas as mães. Ao falar sobre luto materno, é preciso também recompor todo processo feminino desde a gestação e toda experiência vivida até a vivência do luto.

Vamos recriar emoções que podem ser extremamente dolorosas, mas também reconfortantes. Imagine o processo da gestação, desde o dia da descoberta da gravidez. Todos os medos, toda insegurança, todo mal-estar, toda ansiedade, sentimentos que muitas vezes confundem as mães, exatamente naquele momento em que ossos, nervos, músculos, tecidos se formam em seus ventres. A conexão com o bebê não é algo natural, mas depende da subjetividade de cada mulher. E, repentinamente, os nove meses gestacionais, apesar de ser um tempo biológico, simbolicamente passam voando, aquela mulher está prestes a parir.

Ao contrário do que se diz, ao nascer uma criança não nasce uma mãe. A criança nasce, e a mãe é forjada pela experiência. A maternidade se torna uma questão quando uma mulher tem filhos. Por isso, o dia do nascimento de um filho é um marco na vida de uma mulher, pois aquele momento é ímpar para a experiência materna. O primeiro encontro, o primeiro olhar, o toque quente da pele do bebê, o cheirinho, e todas as demais emoções explodem na mãe. Muitas se deparam com situações preocupantes e dolorosas, algumas sofrem de depressão pós-parto, mas, exclusivamente da maneira feminina, também são estabelecidas conexões com os filhos.

Nessa lógica, de tempo, de sentimentos, de transformações, de crescimento daquela criança, não cabem planejamentos que não estejam entrelaçados com a esperança no futuro. As mães não dão à luz pensando na morte do filho. O ato de parir é envolto de noções do por vir.

Ressalta-se que a maternidade real não é necessariamente algo romântico. No dia a dia, um turbilhão de questões rodeia as mães, as adversidades, as exigências, a rotina, e todas as responsabilidades que podem sobrecarregar as mulheres tornam a maternidade real algo muito mais difícil do que o esperado. Mas isso não significa que as mães não são felizes, isso implica em abrir o olhar da sociedade para a maternidade. Nesse sentido mesmo, o luto materno precisa ser discutido e problematizado, pois muitas mães não conseguem o direito legal de sofrer a perda, elas precisam tocar a vida e “superar” a perda.

Muitas mulheres têm medo do julgamento que recai sobre seus ombros, a respeito da aparência do sofrimento, se uma mãe está arrumada demais, já que perdeu o filho, ou engordou demais, ou emagreceu demais. Se elas não estão sofrendo muito? Elas não estão se aproveitando da situação? Enfim, o julgamento moral do luto feminino. A sociedade mediada por discursos preconceituosos assume a responsabilidade de julgar as mães em todos os níveis, inclusive no luto.

Entretanto, apesar desses julgamentos, vamos retornar ao exercício da imaginação afetiva e o quanto as mães depositam esperança no futuro dos filhos, num sentido natural, pois a lógica designa que os filhos sofram o luto dos pais, e não o contrário. Um filho morrer antes dos pais é uma infração à lógica natural estabelecida pelos indivíduos.

Uma mãe supera a perda de uma filha? Uma das entrevistadas foi enfática. Uma mãe não supera; ela busca subterfúgios para continuar a viver:

Sabe quando você come tudo o que tem vontade? Mas, àquela comida não tem sabor, você come apenas por comer. Não existe prazer nas coisas, elas simplesmente acontecem? É como se eu estivesse olhando a minha vida, vendo as minhas realizações, vendo as coisas que me trazem uma sensação de alegria, afinal eu tenho a Maria Luiza, eu tenho meus sobrinhos. Tenho o meu trabalho, meu marido. Mas é como se tudo estivesse passando por mim em imagens preto e branco. Como cinema mudo. Estou vivendo, mas sempre está faltando alguma coisa. É ela que está faltando, a Maria Júlia.

A ausência é permanente. A ausência é insuperável. A ausência é como uma dor no corpo, invisível, mas latente. Apenas as mulheres que passaram pela experiência do luto materno, podem compreender o tamanho dessa ausência. E sobre elas ainda recaíam padrões de superação, e normatividade para encarar o luto. Essas mães também demonstram de forma clara o valor da resiliência. A história delas me faz lembrar um depoimento que me causou muito espanto. Fiquei comovida com a habilidade de resiliência que as mulheres desenvolvem para continuar vivendo. Resiliência significa capacidade de adaptar-se após mudanças traumáticas ou circunstâncias más. Quando assisti ao depoimento de Mandy Harvey, chorei pela inebriante ousadia dessa moça. Mandy é uma cantora norte-americana, que perdeu a audição. A música estava em suas entranhas. Ela cantava desde os quatro anos de idade e aos 17 anos iniciou a graduação em Educação musical na Universidade do Colorado. Aos 18 anos ela perdeu a audição devido complicações de uma doença degenerativa que afeta o tecido conjuntivo.

A história de resiliência de Mandy está no cerne da questão da musicalidade e a perda de audição. Como poderia uma surda ser cantora? Pois

bem, sem audição para ouvir a própria voz e os instrumentos musicais, Mandy aprendeu a cantar baseando-se na vibração do som que ocorre no chão. Ela apresenta-se descalça, e acompanha os instrumentos através das ondas emitidas pelo som no chão que são sentidas pelos seus pés. Ela literalmente consegue sentir a música. É um depoimento emocionante. Tão emocionante quanto a mensagem da música que ela compôs abordando essa fase de sua vida. Try possui uma letra incrível, e a voz de Mandy dá vida à música.

Apesar das circunstâncias não abordarem o mesmo tipo de sofrimento, refleti durante dias sobre a capacidade de resiliência das mães que perdem seus filhos. É uma parte delas que se vai. Não consegui mensurar qual parte e tamanho, mas algo irreversível é perdido. E, assim como Mandy, elas precisam encontrar uma maneira de ressignificar suas vidas. Se me perguntassem qual é a possibilidade de uma garota surda cantar, eu diria tratar-se de sandice. Mas Mandy encontrou uma forma, e provou que a capacidade de ressignificar dela é muito maior do que a quantidade de informações que eu possuo sobre as pessoas e o enfrentamento de suas dificuldades. Uma parte importante dela foi perdida, e ela ressignificou suas habilidades para continuar a fazer aquilo que ela gostava.

Muitas mães simbolicamente são cantoras surdas, não conseguimos ver o tamanho da ausência que elas vivem. Mas elas são resilientes, e continuam cantando. Elas têm a capacidade de adaptar-se depois da terrível perda. Nunca foi sobre o poder da superação. Sempre foi sobre o poder da resiliência.

(Re)configurações de gênero: o mundo do trabalho acadêmico de mulheres

Roseli de Oliveira Machado

Estudos de gênero na estrutura cultural das universidades, espaços que foram sendo construídos a partir da noção de vocação masculina (GARCÍA, 2003), representam uma outra (re)configuração. Nesse sentido, apesar do

aumento de mulheres ingressando no ensino superior e na carreira acadêmico-científica, elas continuam a não progredir na hierarquia acadêmica em números significativos (AISTON; JUNG, 2015).

Em um dos maiores sistemas estaduais e públicos de ensino superior do Brasil, o do Paraná, sete universidades empregam mais de 8.000 docentes (Universidade Estadual de Londrina, UEL; Universidade Estadual de Maringá, UEM; Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE; Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO; Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP e Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR). Dois mecanismos marcam o desenvolvimento na carreira: promoção de classe (principal) e ascensão de nível (secundário, com reflexos salariais menores). A promoção para as classes de Assistente e Adjunto é feita mediante apresentação do título de Mestre ou Doutor, respectivamente. A promoção à classe de Associado é feita após apresentação do título de Livre Docente ou aprovação de trabalho científico e memorial descritivo em sessão de defesa pública. Por fim, o ingresso na classe Titular pode ser feito mediante habilitação em novo concurso público.

O sistema de ensino estudado conta com 5.458 docentes efetivos, dos quais 2.806 (51,4%) são homens e 2.652 (48,6%) são mulheres. Esses percentuais mostram que o processo de feminilização da atividade docente vivenciado ao longo dos séculos XIX e XX também chegou às universidades estaduais paranaenses. Além disso, destacamos que as proporções verificadas no estado não são distintas daquelas encontradas no país para o mesmo período (2020). Do total de professores(as) em exercício no nível de ensino considerado, 53% são homens e 47% mulheres (INEP, 2022). Assim, o sistema paranaense acompanha os movimentos nacionais no que diz respeito a esses indicadores.

Para além da composição por gênero, uma leitura do sistema permite que apresentemos uma síntese do perfil do corpo docente efetivo, proveniente das sete universidades estaduais paranaenses (Quadro 1). A composição docente

por gênero, salvo pequenas variações internas às universidades, revela discreto predomínio masculino. Comparativamente aos percentuais nacionais envolvendo a docência no ensino superior, mostra relativo equilíbrio de gênero.

Quadro 1 – Perfil do corpo docente

Indicador	Mulheres	Homens
Percentual atual no sistema	48,60%	51,40%
Grande área do conhecimento	Linguística, Letras e Artes	Engenharias
Idade média	48,6 anos	50,3 anos
Tempo de casa	14,8 anos	16,7 anos
Declaram-se de pele branca	93,90%	93,10%
Tem doutorado	80,70%	77,70%
Fez pós-doutorado	20,10%	22,30%

Fonte: MACHADO (2022).

Por outro lado, a análise do quadro docente por área do conhecimento, expressa nitidamente a existência da divisão sexual do trabalho, manifestada pela concentração horizontal, assim como a herança da exclusão histórica das mulheres de determinadas comunidades epistêmicas. Assim, as universidades estudadas apresentam espaços destinados aos homens, como as áreas STEM (do inglês, *Science, Technology, Engineering, and Mathematics*), historicamente tidas como menos permeáveis à presença de mulheres. Da mesma forma, exibem redutos femininos, associados a áreas do conhecimento estereotipadas como sendo extensões dos papéis imputados socialmente às mulheres.

Em relação à idade e ao tempo de caso, constatamos que, em média, os homens são ligeiramente mais velhos (50,3 anos) e têm carreiras mais longas (16,7 anos) do que as mulheres (idade média de 48,6 anos e 14,8 anos de carreira). Esses dados, juntamente com a distribuição por sexo, sugerem que a feminilização da docência anteriormente descrita vem ocorrendo gradativamente no ensino superior, e as mulheres, mais recentemente e em um processo contínuo, vêm ocupando espaços nas universidades.

A comparação das proporções de docentes de pele branca no sistema de ensino estudado com dados populacionais revela grandes disparidades. Ao passo em que 42,7% da população nacional declara-se branca (IBGE, 2020), esse percentual assume 93,5% do quadro docente investigado. Salutar também é observar que estes números não encontram variação expressiva quando segregados por sexo nas universidades do estudo (homens: 93,10%; mulheres: 93,90%)

Quanto à titulação atual, percebemos que um percentual maior de mulheres tem doutorado, comparativamente aos homens. Por outro lado, quando analisamos a realização de pós-doutorado, verificamos que, em termos proporcionais, não somente há mais homens que mulheres com pós-doutorado no sistema, mas também que, entre os que fizeram o estágio pós-doutoral, os homens prevalecem entre aqueles que obtiveram apoio financeiro para tal (bolsas).

Em classes cujas exigências de promoção demandam a apresentação de diploma de pós-graduação *stricto sensu*, as mulheres apresentam proporções semelhantes (assistente, em que não são identificadas diferenças significativas) ou superiores aos homens (no caso, adjunto). Por outro lado, nas classes de associado e titular, identificamos a presença mais marcante de homens, ou seja, à medida em que consideramos os cargos mais altos (e que exigem processos seletivos internos, no caso de associado) da carreira institucionalizada, a presença feminina diminui.

Entendemos que esse fato pode encontrar algumas explicações plausíveis, que podem indicar a existência de um funil na carreira, que retardaria o ingresso feminino nas classes superiores. Para que possamos compreender melhor esse fenômeno e avançar nas discussões, entendemos que é necessário isolar o efeito de possíveis interferentes na distribuição de homens e mulheres nas classes do cargo, como o tempo de carreira, por exemplo, já que um olhar desatento para a questão poderia levar à falsa conclusão de que, como as mulheres tem menos tempo de carreira, em média, estariam em patamares

ainda anteriores da carreira. Assim, recorreremos a uma modelagem estatística mais sofisticada, descrita a seguir.

Diante desses achados, consideramos que a divisão sexual do trabalho, com seus dois princípios organizadores, tal qual descrito por Hirata e Kergoat (2014), está presente no sistema estudado. O primeiro deles, o princípio da separação, foi caracterizado neste estudo quando da discussão da atuação de homens e mulheres em distintas áreas do conhecimento. O segundo, o da hierarquização, está aqui demonstrado.

Os números e dados levantados mostram estatisticamente que homens têm 23% e 44% mais chances de estarem nas classes de professor Associado e Titular (as mais altas e melhor remuneradas), respectivamente, que mulheres no ensino superior do Paraná.

Salientamos que se trata de uma métrica controlada estatisticamente pelo tempo de carreira, produção científica, área do conhecimento, instituição de ensino e cor da pele do corpo docente. Isso significa que não é possível alegar que as diferenças entre homens e mulheres nas classes do cargo são devidas a esses fatores, tendo em vista que foram inseridos e controlados no modelo estatístico trabalhado.

A conquista da igualdade de gênero é fundamental, mas, a nosso ver, o modelo acadêmico brasileiro precisa avançar para além da Constituição Federal de 1988, que incorporou os discursos de igualdade e meritocracia, mas que desconsidera até hoje fatores inerentes às condições de vida das mulheres. Assim, precisa absorver a equidade de gênero para tratar de forma mais justa e equânime as mulheres que escolhem a carreira acadêmica.

Considerações finais

Quando pensamos (re)configurações de estudos de gênero e história, a perspectiva é construir espaços de reflexão para/sobre produções que hoje tem de dialogar com um leque cada vez mais amplo de temas. Representações,

sexualidade, política, violência, raça/etnia, identidades, poder, imaginário, memória, narrativa, ambiente, classe, colonialismo, cultura, corporalidades ou luto, tecnologia ou migrações têm construído um mosaico cada vez mais sofisticado de questões, com reflexos diretos para a historiografia. Ainda mais em meio a um mundo que se esforça para se reestruturar após a fase mais crítica da pandemia de COVID-19, para além das reconfigurações, devemos falar de (re)existências, quer elas sejam de corpos, de papéis, de profissões, de sonhos, de lutas, mas especialmente de nosso campo acadêmico e científico de atuação.

Falamos, nesse sentido, de reconfigurações possíveis dos atravessamentos da experiência do feminino, seja o corpo que habita o ambiente como microbioma, a existência da maternidade perpassada pelo luto ou a luta no âmbito do trabalho acadêmico que diz garantir a equidade profissional de homens e mulheres.

Referências

AIKSTON, S. J.; JUNG, J. Women academics and research productivity: an international comparison. *Gender and Education*, v. 27, n. 3, p. 205–220, 2015.

AREND, S.; MORANDA, H. da S.; KLANOVICZ, L. R. F. Infâncias, relações de gênero e famílias sob o enfoque da história do tempo presente. In: RODRIGUES, R. R.; CUBAS, C. J.; OLIVEIRA, F.; CONEDERA, E. de O. (orgs.) *Fio que se faz trama: a História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica*. Vitória: Milfontes, 2002. p. 61-82.

ARIÈS, P. *A história da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

GAARD, G. Towards New Ecomasculinities, Ecogenders, and Ecosexualities. In: ADAMS, C.; GRUEN, L. (eds.) *Eco-feminism: feminist intersections with other animals and the Earth*. New York: Bloomsbury, 2014. p. 225-239.

GARCÍA, C. F. La mirada de las mujeres al mundo académico. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 27-43, 2003.

GILMAN, S. *Diets and dieting: a cultural encyclopedia*. New York: Routledge, 2007.

HERSEY, M. D.; STEINBERG, T. (eds.) *A field on fire: the future of environmental history*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. de O. *et al.* (orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 263-278.

IBGE. *Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019*. PNAD contínua. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em 1 jun. 2022.

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2020*. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 20 abril. 2022.

KOVÁCS, M. J. *Representações da morte*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LEACH, M.; GREEN, C. Gender and Environmental History: From Representation of Women And Nature To Gender Analysis of Ecology And Politics. *Environment and History*, v. 3, n. 3, p. 343-370, 1997.

MACGREGOR, S.; SEYMOUR, N. (eds.) *Men and Nature: Hegemonic Masculinities and Environmental Change*. *RCC Perspectives*, Munich, v. 4, 2017.

MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

McNEILL, J. R.; ENGELKE, P. *The Great Acceleration: an environmental history of the Anthropocene*. Cambridge: Belknap Press, 2016.

SCHUSTER, C.; TACCHERI, C. The impact of the Covid-19 pandemic on the transgender community, and what you can do about it. The Clayman Institute for Gender Research - Stanford University. Disponível em:

<https://gender.stanford.edu/news/impact-covid-19-pandemic-transgender-community-and-what-you-can-do-about-it> Acesso em: 20 jul. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SEDREZ, L. O Corpo na História Ambiental: De Corpos D'água a Corpos Tóxicos. In: ANDRADE, M. M. de; SEDREZ, L.; MARTINS, W. de S. (orgs.) *Corpos: Sujeito-Objeto*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

UNGER, N. Women and Gender: Useful Categories of Analysis in Environmental History. In: ISENBERG, A. (ed.) *Oxford Handbook of Environmental History*. New York: Oxford, 2014.

WINIWARTER, V. *Gender and Environmental History – A Call to Arms*, Blog, White Horse Press (blog), 4 set. 2017, <https://whitehorsepress.blog/2017/09/04/gender-and-environmental-history-a-call-to-arms/>.